

LINGUÍSTICA, LETRAS E ARTES E AS NOVAS PERSPECTIVAS DOS SABERES CIENTÍFICOS

ADAYLSON WAGNER SOUSA DE VASCONCELOS
THAMIRES NAYARA SOUSA DE VASCONCELOS
(ORGANIZADORES)

LINGUÍSTICA, LETRAS E ARTES E AS NOVAS PERSPECTIVAS DOS SABERES CIENTÍFICOS

ADAYLSON WAGNER SOUSA DE VASCONCELOS
THAMIRES NAYARA SOUSA DE VASCONCELOS
(ORGANIZADORES)

 **Atena**
Editora

Ano 2020

2020 by Atena Editora

Copyright © Atena Editora

Copyright do Texto © 2020 Os autores

Copyright da Edição © 2020 Atena Editora

Editora Chefe: Profª Drª Antonella Carvalho de Oliveira

Diagramação: Karine de Lima

Edição de Arte: Lorena Prestes

Revisão: Os Autores



Todo o conteúdo deste livro está licenciado sob uma Licença de Atribuição *Creative Commons*. Atribuição 4.0 Internacional (CC BY 4.0).

O conteúdo dos artigos e seus dados em sua forma, correção e confiabilidade são de responsabilidade exclusiva dos autores. Permitido o download da obra e o compartilhamento desde que sejam atribuídos créditos aos autores, mas sem a possibilidade de alterá-la de nenhuma forma ou utilizá-la para fins comerciais.

Conselho Editorial

Ciências Humanas e Sociais Aplicadas

Profª Drª Adriana Demite Stephani – Universidade Federal do Tocantins

Prof. Dr. Álvaro Augusto de Borba Barreto – Universidade Federal de Pelotas

Prof. Dr. Alexandre Jose Schumacher – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Mato Grosso

Profª Drª Angeli Rose do Nascimento – Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro

Prof. Dr. Antonio Carlos Frasson – Universidade Tecnológica Federal do Paraná

Prof. Dr. Antonio Gasparetto Júnior – Instituto Federal do Sudeste de Minas Gerais

Prof. Dr. Antonio Isidro-Filho – Universidade de Brasília

Prof. Dr. Carlos Antonio de Souza Moraes – Universidade Federal Fluminense

Profª Drª Cristina Gaio – Universidade de Lisboa

Profª Drª Denise Rocha – Universidade Federal do Ceará

Prof. Dr. Deyvison de Lima Oliveira – Universidade Federal de Rondônia

Prof. Dr. Edvaldo Antunes de Farias – Universidade Estácio de Sá

Prof. Dr. Eloi Martins Senhora – Universidade Federal de Roraima

Prof. Dr. Fabiano Tadeu Grazioli – Universidade Regional Integrada do Alto Uruguai e das Missões

Prof. Dr. Gilmei Fleck – Universidade Estadual do Oeste do Paraná

Prof. Dr. Gustavo Henrique Cepolini Ferreira – Universidade Estadual de Montes Claros

Profª Drª Ivone Goulart Lopes – Istituto Internazionale delle Figlie di Maria Ausiliatrice

Prof. Dr. Julio Candido de Meirelles Junior – Universidade Federal Fluminense

Profª Drª Keyla Christina Almeida Portela – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Mato Grosso

Profª Drª Lina Maria Gonçalves – Universidade Federal do Tocantins

Prof. Dr. Luis Ricardo Fernandes da Costa – Universidade Estadual de Montes Claros

Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte

Prof. Dr. Marcelo Pereira da Silva – Universidade Federal do Maranhão

Profª Drª Miranilde Oliveira Neves – Instituto de Educação, Ciência e Tecnologia do Pará

Profª Drª Paola Andressa Scortegagna – Universidade Estadual de Ponta Grossa

Profª Drª Rita de Cássia da Silva Oliveira – Universidade Estadual de Ponta Grossa

Profª Drª Sandra Regina Gardacho Pietrobon – Universidade Estadual do Centro-Oeste

Profª Drª Sheila Marta Carregosa Rocha – Universidade do Estado da Bahia

Prof. Dr. Rui Maia Diamantino – Universidade Salvador

Prof. Dr. Urandi João Rodrigues Junior – Universidade Federal do Oeste do Pará

Profª Drª Vanessa Bordin Viera – Universidade Federal de Campina Grande

Prof. Dr. William Cleber Domingues Silva – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Prof. Dr. Willian Douglas Guilherme – Universidade Federal do Tocantins

Ciências Agrárias e Multidisciplinar

Prof. Dr. Alexandre Igor Azevedo Pereira – Instituto Federal Goiano
Prof. Dr. Antonio Pasqualetto – Pontifícia Universidade Católica de Goiás
Prof. Dr. Cleberton Correia Santos – Universidade Federal da Grande Dourados
Profª Drª Daiane Garabeli Trojan – Universidade Norte do Paraná
Profª Drª Diocléa Almeida Seabra Silva – Universidade Federal Rural da Amazônia
Prof. Dr. Écio Souza Diniz – Universidade Federal de Viçosa
Prof. Dr. Fábio Steiner – Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul
Prof. Dr. Fágner Cavalcante Patrocínio dos Santos – Universidade Federal do Ceará
Profª Drª Girlene Santos de Souza – Universidade Federal do Recôncavo da Bahia
Prof. Dr. Júlio César Ribeiro – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Profª Drª Lina Raquel Santos Araújo – Universidade Estadual do Ceará
Prof. Dr. Pedro Manuel Villa – Universidade Federal de Viçosa
Profª Drª Raissa Rachel Salustriano da Silva Matos – Universidade Federal do Maranhão
Prof. Dr. Ronilson Freitas de Souza – Universidade do Estado do Pará
Profª Drª Talita de Santos Matos – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Prof. Dr. Tiago da Silva Teófilo – Universidade Federal Rural do Semi-Árido
Prof. Dr. Valdemar Antonio Paffaro Junior – Universidade Federal de Alfenas

Ciências Biológicas e da Saúde

Prof. Dr. André Ribeiro da Silva – Universidade de Brasília
Profª Drª Anelise Levay Murari – Universidade Federal de Pelotas
Prof. Dr. Benedito Rodrigues da Silva Neto – Universidade Federal de Goiás
Prof. Dr. Edson da Silva – Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri
Profª Drª Eleuza Rodrigues Machado – Faculdade Anhanguera de Brasília
Profª Drª Elane Schwinden Prudêncio – Universidade Federal de Santa Catarina
Profª Drª Eysler Gonçalves Maia Brasil – Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira
Prof. Dr. Ferlando Lima Santos – Universidade Federal do Recôncavo da Bahia
Prof. Dr. Fernando José Guedes da Silva Júnior – Universidade Federal do Piauí
Profª Drª Gabriela Vieira do Amaral – Universidade de Vassouras
Prof. Dr. Gianfábio Pimentel Franco – Universidade Federal de Santa Maria
Profª Drª Iara Lúcia Tescarollo – Universidade São Francisco
Prof. Dr. Igor Luiz Vieira de Lima Santos – Universidade Federal de Campina Grande
Prof. Dr. José Max Barbosa de Oliveira Junior – Universidade Federal do Oeste do Pará
Prof. Dr. Luís Paulo Souza e Souza – Universidade Federal do Amazonas
Profª Drª Magnólia de Araújo Campos – Universidade Federal de Campina Grande
Prof. Dr. Marcus Fernando da Silva Praxedes – Universidade Federal do Recôncavo da Bahia
Profª Drª Mylena Andréa Oliveira Torres – Universidade Ceuma
Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federaci do Rio Grande do Norte
Prof. Dr. Paulo Inada – Universidade Estadual de Maringá
Profª Drª Renata Mendes de Freitas – Universidade Federal de Juiz de Fora
Profª Drª Vanessa Lima Gonçalves – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Profª Drª Vanessa Bordin Viera – Universidade Federal de Campina Grande

Ciências Exatas e da Terra e Engenharias

Prof. Dr. Adélio Alcino Sampaio Castro Machado – Universidade do Porto

Prof. Dr. Alexandre Leite dos Santos Silva – Universidade Federal do Piauí
Prof. Dr. Carlos Eduardo Sanches de Andrade – Universidade Federal de Goiás
Prof^a Dr^a Carmen Lúcia Voigt – Universidade Norte do Paraná
Prof. Dr. Eloi Rufato Junior – Universidade Tecnológica Federal do Paraná
Prof. Dr. Fabrício Menezes Ramos – Instituto Federal do Pará
Prof. Dr. Juliano Carlo Rufino de Freitas – Universidade Federal de Campina Grande
Prof^a Dr^a Luciana do Nascimento Mendes – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Norte
Prof. Dr. Marcelo Marques – Universidade Estadual de Maringá
Prof^a Dr^a Neiva Maria de Almeida – Universidade Federal da Paraíba
Prof^a Dr^a Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte
Prof. Dr. Takeshy Tachizawa – Faculdade de Campo Limpo Paulista

Conselho Técnico Científico

Prof. Me. Abrãao Carvalho Nogueira – Universidade Federal do Espírito Santo
Prof. Me. Adalberto Zorzo – Centro Estadual de Educação Tecnológica Paula Souza
Prof. Me. Adalto Moreira Braz – Universidade Federal de Goiás
Prof. Dr. Adaylson Wagner Sousa de Vasconcelos – Ordem dos Advogados do Brasil/Seccional Paraíba
Prof. Me. André Flávio Gonçalves Silva – Universidade Federal do Maranhão
Prof^a Dr^a Andreza Lopes – Instituto de Pesquisa e Desenvolvimento Acadêmico
Prof^a Dr^a Andrezza Miguel da Silva – Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia
Prof. Dr. Antonio Hot Pereira de Faria – Polícia Militar de Minas Gerais
Prof^a Ma. Bianca Camargo Martins – UniCesumar
Prof^a Ma. Carolina Shimomura Nanya – Universidade Federal de São Carlos
Prof. Me. Carlos Antônio dos Santos – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Prof. Ma. Cláudia de Araújo Marques – Faculdade de Música do Espírito Santo
Prof^a Dr^a Cláudia Taís Siqueira Cagliari – Centro Universitário Dinâmica das Cataratas
Prof. Me. Daniel da Silva Miranda – Universidade Federal do Pará
Prof^a Ma. Daniela da Silva Rodrigues – Universidade de Brasília
Prof^a Ma. Dayane de Melo Barros – Universidade Federal de Pernambuco
Prof. Me. Douglas Santos Mezacas – Universidade Estadual de Goiás
Prof. Dr. Edwaldo Costa – Marinha do Brasil
Prof. Me. Eduardo Gomes de Oliveira – Faculdades Unificadas Doctum de Cataguases
Prof. Me. Eliel Constantino da Silva – Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita
Prof. Me. Euvaldo de Sousa Costa Junior – Prefeitura Municipal de São João do Piauí
Prof^a Ma. Fabiana Coelho Couto Rocha Corrêa – Centro Universitário Estácio Juiz de Fora
Prof. Dr. Fabiano Lemos Pereira – Prefeitura Municipal de Macaé
Prof. Me. Felipe da Costa Negrão – Universidade Federal do Amazonas
Prof^a Dr^a Germana Ponce de Leon Ramírez – Centro Universitário Adventista de São Paulo
Prof. Me. Gevair Campos – Instituto Mineiro de Agropecuária
Prof. Dr. Guilherme Renato Gomes – Universidade Norte do Paraná
Prof. Me. Gustavo Krahl – Universidade do Oeste de Santa Catarina
Prof. Me. Helton Rangel Coutinho Junior – Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro
Prof^a Ma. Jaqueline Oliveira Rezende – Universidade Federal de Uberlândia
Prof. Me. Javier Antonio Albornoz – University of Miami and Miami Dade College
Prof^a Ma. Jéssica Verger Nardeli – Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho
Prof. Me. Jhonatan da Silva Lima – Universidade Federal do Pará
Prof. Me. José Luiz Leonardo de Araujo Pimenta – Instituto Nacional de Investigación Agropecuaria Uruguay
Prof. Me. José Messias Ribeiro Júnior – Instituto Federal de Educação Tecnológica de Pernambuco

Profª Ma. Juliana Thaisa Rodrigues Pacheco – Universidade Estadual de Ponta Grossa
 Profª Drª Kamilly Souza do Vale – Núcleo de Pesquisas Fenomenológicas/UFPA
 Profª Drª Karina de Araújo Dias – Prefeitura Municipal de Florianópolis
 Prof. Dr. Lázaro Castro Silva Nascimento – Laboratório de Fenomenologia & Subjetividade/UFPR
 Prof. Me. Leonardo Tullio – Universidade Estadual de Ponta Grossa
 Profª Ma. Lilian Coelho de Freitas – Instituto Federal do Pará
 Profª Ma. Liliani Aparecida Sereno Fontes de Medeiros – Consórcio CEDERJ
 Profª Drª Lívia do Carmo Silva – Universidade Federal de Goiás
 Prof. Me. Lucio Marques Vieira Souza – Secretaria de Estado da Educação, do Esporte e da Cultura de Sergipe
 Prof. Me. Luis Henrique Almeida Castro – Universidade Federal da Grande Dourados
 Prof. Dr. Luan Vinicius Bernardelli – Universidade Estadual do Paraná
 Prof. Dr. Michel da Costa – Universidade Metropolitana de Santos
 Prof. Dr. Marcelo Máximo Purificação – Fundação Integrada Municipal de Ensino Superior
 Prof. Me. Marcos Aurelio Alves e Silva – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de São Paulo
 Profª Ma. Marileila Marques Toledo – Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri
 Prof. Me. Ricardo Sérgio da Silva – Universidade Federal de Pernambuco
 Prof. Me. Rafael Henrique Silva – Hospital Universitário da Universidade Federal da Grande Dourados
 Profª Ma. Renata Luciane Polsaque Young Blood – UniSecal
 Profª Ma. Solange Aparecida de Souza Monteiro – Instituto Federal de São Paulo
 Prof. Me. Tallys Newton Fernandes de Matos – Faculdade Regional Jaguaribana
 Prof. Dr. Welleson Feitosa Gazel – Universidade Paulista

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP) (eDOC BRASIL, Belo Horizonte/MG)	
L755	<p>Linguística, letras e artes e as novas perspectivas dos saberes científicos [recurso eletrônico] / Organizadores Adaylson Wagner Sousa de Vasconcelos, Thamires Nayara Sousa de Vasconcelos. – Ponta Grossa, PR: Atena, 2020.</p> <p>Formato: PDF Requisitos de sistema: Adobe Acrobat Reader Modo de acesso: World Wide Web Inclui bibliografia ISBN 978-65-5706-046-9 DOI 10.22533/at.ed.469202505</p> <p>1. Letras. 2. Linguística. 3. Artes. I. Sousa, Ivan Vale de. CDD 410</p>
Elaborado por Maurício Amormino Júnior – CRB6/2422	

Atena Editora
 Ponta Grossa – Paraná - Brasil
www.atenaeditora.com.br
 contato@atenaeditora.com.br

APRESENTAÇÃO

Linguística, Letras e Artes e Novas Perspectivas dos Saberes Científicos, coletânea de dezessete capítulos que une pesquisadores de diversas instituições, corresponde a obra que discute temáticas que circundam a grande área das Letras e dos diálogos possíveis de serem realizados com as demais áreas do saber.

Realizando um levantamento histórico em relação aos cursos de Letras e os seus estabelecimentos nas terras brasileiras, temos **OS CURSOS DE LETRAS NO BRASIL QUINHENTISTA E OS MONUMENTA ANCHIETANA: UMA ANÁLISE À LUZ DA HISTORIOGRAFIA LINGUÍSTICA**, de Leonardo Ferreira Kaltner. Ainda na órbita da Linguística, temos **ESTÁGIO SUPERVISIONADO DE LÍNGUA PORTUGUESA: POSSIBILIDADE DE ESTIMULAR MÚLTIPLAS INTELIGÊNCIAS DE DISCENTES PARA EVENTOS DE LETRAMENTO**, de Ewerton Lucas de Mélo Marques e Maria Auxiliadora Bezerra, e **LÍNGUA-ESTRUTURA E LÍNGUA-ACONTECIMENTO: UM OLHAR SOBRE O TÓPICO “GRAMÁTICA/DISCURSO” DA PROPOSTA CURRICULAR DE SANTA CATARINA**, de Fabiane Aparecida Pereira, que problematizam a questão do estágio supervisionado e a proposta curricular de Santa Catarina, respectivamente.

A TUPINOLOGIA E SEUS CRÍTICOS, de Eduardo de Almeida Navarro, **UM ESTUDO SOBRE A INFLUÊNCIA DE FATORES INDIVIDUAIS NO PROCESSO DE APRENDIZAGEM DE LÍNGUA ESTRANGEIRA**, de Rodrigo Schaefer, e **SABERES LOCAIS E O TEXTO MULTIMODAL: PRÁTICAS DE TRANSLIETRAMENTOS NA FRONTEIRA**, de Adriane Elisa Glasser e Maria Elena Pires Santos, fecham a etapa de estudos linguísticos com contribuições sobre a língua tupi, o processo de ensino-aprendizagem de línguas estrangeiras e o translietramento.

A seção de Literatura congrega **O CONTO PERDIDO EM VASTAS EMOÇÕES E PENSAMENTOS IMPERFEITOS, DE RUBEM FONSECA**, de Lucio Flavio Rocha Junior, e **QUARTO DE DESPEJO: DIÁRIO DE UMA FAVELADA – A ESCRITA DE SI EM CAROLINA MARIA DE JESUS**, de Thamires Nayara Sousa de Vasconcelos e Adaylson Wagner Sousa de Vasconcelos, que possibilitam leituras e análises sobre a literatura de Rubem Fonseca e de Carolina Maria de Jesus.

Alcançando as Artes, temos **A HISTÓRIA DO ENSINO DA ARTE NO BRASIL E OS PRINCÍPIOS BÁSICOS QUE REGEM A ARTE COMO DISCIPLINA**, de Margareth Carli, que trata da disciplina e do ensino de artes, e, igualmente contemplando o ensino das artes, agora destacando a importância da pintura para a história da arte brasileira, **A PINTURA DE RETRATO NA SOCIEDADE PAULISTANA E SUA IMPORTÂNCIA PARA A HISTÓRIA DA ARTE NO BRASIL**, de Débora Elise de Almeida. **PALAVRAS E EXPRESSÕES INDÍGENAS EM TOADAS DE BOI BUMBÁ**, de Maria Celeste de Souza Cardoso, partilha a cultura indígena por meio das toadas. Semiótica e música é o enfoque de **ICONICIDADE E INDICIALIADE NA MÚSICA ELETROACÚSTICA**, de Fábio Scucuglia. A dança e a realidade escolar são abordadas por **MOVER E**

APRENDER: EXPERIÊNCIAS DO MOVIMENTO NA ROTINA ESCOLAR, por Amanda da Silva Pinto.

A META-HISTÓRIA COMO MÉTODO NARRATIVO APLICADO ÀS MEMÓRIAS DE INFÂNCIA DE IBERÊ CAMARGO NA SÉRIE CARRETÉIS, de Mirian Martins Finger e Jorge Luiz da Cunha, e **FILME “PANTERA NEGRA”: A REPRESENTAÇÃO POSITIVA DA ÁFRICA E DO NEGRO NO CINEMA COMO AÇÃO DE PROMOÇÃO DA IGUALDADE RACIAL**, de Andressa Queiroz da Silva e Maurício dos Santos Lopes Júnior, focalizam as séries e os filmes, o primeiro movido pelo diálogo entre literatura, história e arte, o segundo com negritude e promoção de igualdades.

Finalizando, temos **CONTRIBUIÇÕES DA PSICOPEDAGOGIA NA APRENDIZAGEM DA LINGUAGEM ESCRITA PELA CRIANÇA**, por Talita Emanuella Ferreira Citó, Andreza Maciel Mesquita e Priscila Barros de Freitas, e **A INTERPRETAÇÃO TEXTUAL ATRELADA A RESOLUÇÃO DE PROBLEMAS**, por Fabrícia Cristina Paes Pinheiro, Manuela Gomes Maués, Renan Pinheiro Silva, Tatiane Tavares de Oliveira, Felipe Edward Maciel Santos, Kelly Lima Bentes, Roberto Miranda Cardoso, Alessandro Monteiro Rocha, Pedro Paulo Lima Ferreira e Emerson Ferreira Pantoja. O primeiro aborda a Psicopedagogia e o ensino, enquanto o segundo traz a interpretação de texto como meio eficaz para o ensino de matemática.

Assim sendo, convidamos todos os leitores para exercitar diálogos com os estudos aqui contemplados.

Tenham proveitosas leituras!

Adaylson Wagner Sousa de Vasconcelos
Thamires Nayara Sousa de Vasconcelos

SUMÁRIO

CAPÍTULO 1	1
OS CURSOS DE LETRAS NO BRASIL QUINHENTISTA E OS <i>MONUMENTA ANCHIETANA</i> : UMA ANÁLISE À LUZ DA HISTORIOGRAFIA LINGUÍSTICA	
Leonardo Ferreira Kaltner	
DOI 10.22533/at.ed.4692025051	
CAPÍTULO 2	17
ESTÁGIO SUPERVISIONADO DE LÍNGUA PORTUGUESA: POSSIBILIDADE DE ESTIMULAR MÚLTIPLAS INTELIGÊNCIAS DE DISCENTES PARA EVENTOS DE LETRAMENTO	
Ewerton Lucas de Mélo Marques Maria Auxiliadora Bezerra	
DOI 10.22533/at.ed.4692025052	
CAPÍTULO 3	27
LÍNGUA-ESTRUTURA E LÍNGUA-ACONTECIMENTO: UM OLHAR SOBRE O TÓPICO “GRAMÁTICA/ DISCURSO” DA PROPOSTA CURRICULAR DE SANTA CATARINA	
Fabiane Aparecida Pereira	
DOI 10.22533/at.ed.4692025053	
CAPÍTULO 4	37
A TUPINOLOGIA E SEUS CRÍTICOS	
Eduardo de Almeida Navarro	
DOI 10.22533/at.ed.4692025054	
CAPÍTULO 5	51
UM ESTUDO SOBRE A INFLUÊNCIA DE FATORES INDIVIDUAIS NO PROCESSO DE APRENDIZAGEM DE LÍNGUA ESTRANGEIRA	
Rodrigo Schaefer	
DOI 10.22533/at.ed.4692025055	
CAPÍTULO 6	64
SABERES LOCAIS E O TEXTO MULTIMODAL: PRÁTICAS DE TRANSLETRAMENTOS NA FRONTEIRA	
Adriane Elisa Glasser Maria Elena Pires Santos	
DOI 10.22533/at.ed.4692025056	
CAPÍTULO 7	73
O CONTO PERDIDO EM VASTAS EMOÇÕES E PENSAMENTOS IMPERFEITOS, DE RUBEM FONSECA	
Lucio Flavio Rocha Junior	
DOI 10.22533/at.ed.4692025057	
CAPÍTULO 8	80
QUARTO DE DESPEJO: DIÁRIO DE UMA FAVELADA - A ESCRITA DE SI EM CAROLINA MARIA DE JESUS	
Thamires Nayara Sousa de Vasconcelos Adaylson Wagner Sousa de Vasconcelos	
DOI 10.22533/at.ed.4692025058	

CAPÍTULO 9	91
A HISTÓRIA DO ENSINO DA ARTE NO BRASIL E OS PRINCÍPIOS BÁSICOS QUE REGEM A ARTE COMO DISCIPLINA	
Margareth Carli	
DOI 10.22533/at.ed.4692025059	
CAPÍTULO 10	103
A PINTURA DE RETRATO NA SOCIEDADE PAULISTANA E SUA IMPORTÂNCIA PARA A HISTÓRIA DA ARTE NO BRASIL	
Débora Elise de Almeida	
DOI 10.22533/at.ed.46920250510	
CAPÍTULO 11	116
PALAVRAS E EXPRESSÕES INDÍGENAS EM TOADAS DE BOI BUMBÁ	
Maria Celeste de Souza Cardoso	
DOI 10.22533/at.ed.46920250511	
CAPÍTULO 12	128
ICONICIDADE E INDICIALIDADE NA MÚSICA ELETROACÚSTICA	
Fábio Scucuglia	
DOI 10.22533/at.ed.46920250512	
CAPÍTULO 13	139
MOVER E APRENDER: EXPERIÊNCIAS DO MOVIMENTO NA ROTINA ESCOLAR	
Amanda da Silva Pinto	
DOI 10.22533/at.ed.46920250513	
CAPÍTULO 14	151
A META-HISTÓRIA COMO MÉTODO NARRATIVO APLICADO ÀS MEMÓRIAS DE INFÂNCIA DE IBERÊ CAMARGO NA SÉRIE CARRETÉIS	
Mirian Martins Finger	
Jorge Luiz da Cunha	
DOI 10.22533/at.ed.46920250514	
CAPÍTULO 15	161
FILME “PANTERA NEGRA”: A REPRESENTAÇÃO POSITIVA DA ÁFRICA E DO NEGRO NO CINEMA COMO AÇÃO DE PROMOÇÃO DA IGUALDADE RACIAL	
Andressa Queiroz da Silva	
Mauricio dos Santos Lopes Júnior	
DOI 10.22533/at.ed.46920250515	
CAPÍTULO 16	173
CONTRIBUIÇÕES DA PSICOPEDAGOGIA NA APRENDIZAGEM DA LINGUAGEM ESCRITA PELA CRIANÇA	
Talita Emanuella Ferreira Citó	
Andreza Maciel Mesquita	
Priscila Barros de Freitas	
DOI 10.22533/at.ed.46920250516	

CAPÍTULO 17 180

A INTERPRETAÇÃO TEXTUAL ATRELADA A RESOLUÇÃO DE PROBLEMAS

Fabírcia Cristina Paes Pinheiro

Manuela Gomes Maués

Renan Pinheiro Silva

Tatiane Tavares de Oliveira

Felipe Edward Maciel Santos

Kelly Lima Bentes

Roberto Miranda Cardoso

Alessandro Monteiro Rocha

Pedro Paulo Lima Ferreira

Emerson Ferreira Pantoja

DOI 10.22533/at.ed.46920250517

SOBRE OS ORGANIZADORES..... 192

ÍNDICE REMISSIVO 193

A TUPINOLOGIA E SEUS CRÍTICOS

Data de aceite: 08/05/2020

Eduardo de Almeida Navarro

Universidade de São Paulo

RESUMO: Com o advento do Estruturalismo no Brasil na década de cinquenta do século XX e com sua disseminação nas universidades brasileiras, muitas críticas foram dirigidas à Tupinologia, isto é, aos estudos sobre o tupi antigo e as línguas gerais dele originadas no período colonial. Este artigo analisa tais críticas.

PALAVRAS-CHAVE: tupi; línguas gerais; Estruturalismo

ABSTRACT: With the advent of Structuralism in Brazil in the fifties of the twentieth century and its dissemination in Brazilian universities, many criticisms were directed at Tupinology, i.e. the studies about ancient Tupi and those on Tupi-origin general languages that originated in Brazilian colonial times. This article analyzes such criticisms.

INTRODUÇÃO

No início do século XVI falavam-se no Brasil centenas de línguas indígenas, de diferentes troncos e de diversas famílias. A

população indígena em nosso território era certamente bem maior que a população de Portugal.

A colonização brasileira começou na costa. Por se falar em nosso extenso litoral uma língua indígena que era muito mais usada que quaisquer outras, ela foi aprendida pelos colonizadores. Ela foi chamada inicialmente de *língua brasílica* e, no século XIX, passou a ser designada como *tupi*. Tal língua, ao se interiorizar a colonização brasileira, foi dando origem a línguas gerais, isto é, a línguas supra-étnicas, faladas pela maior parte dos membros do sistema colonial brasileiro, fossem eles índios tupis ou não tupis, portugueses, mestiços, africanos e afrodescendentes. Tais línguas gerais que se desenvolveram do tupi antigo (falado nos séculos XVI e XVII), foram a *língua geral paulista* e a *língua geral amazônica* (faladas a partir de meados do século XVII até o século XIX).

O tupi antigo e as línguas gerais mencionadas deixaram milhares de palavras no léxico do português do Brasil e também na toponímia brasileira, bem mais que todas as outras línguas indígenas o fizeram. Pouco se escrevia nelas fora dos meios missionários, cujo principal objetivo era a catequese. A Igreja detinha, com efeito, imenso poder espiritual e

temporal na América luso-espanhola.

No século XVIII, contudo, o Iluminismo transformaria a visão de mundo do homem ocidental. A civilização tal como a Europa a construía passa a ser comparada com as culturas ameríndias que se revelaram aos europeus com as Grandes Navegações e com a literatura de viagens. Chegaram à Europa informações sobre fatos da vida dos povos que não conheciam a propriedade privada, as classes sociais e o Estado, temas que eram objeto de profunda reflexão por parte dos iluministas europeus naquela época. Surgiu o *mito do bom selvagem*, de Rousseau, que contrapunha o homem em estado de natureza ao homem civilizado, enaltecendo a forma de vida daquele, uma humanidade feliz em oposição à humanidade oprimida sob o Antigo Regime. O poder político e econômico da Igreja passou a ser profundamente questionado.

Como consequência disso no plano estético, surgiu na segunda metade do século XVIII o indianismo árcade. O indígena americano passou a ser personagem de obras literárias e exaltado como um tipo humano valoroso. Mais tarde, também como expressão estética do Iluminismo, surgiu o Romantismo, que valorizou a tradição histórica e nacional sobre os modelos estéticos da Antiguidade. Volta-se para o passado em busca de modelos e representações para as novas nações que então surgiam no século XIX, entre as quais o Brasil, que se tornou independente em 1822. Nesse contexto histórico e cultural, os índios de outros séculos e a língua indígena mais falada nos primeiros tempos da Conquista tornaram-se símbolos de uma identidade nacional que se queria construir, em oposição a Portugal, nossa antiga metrópole. Assim, como derivativo do *mito do bom selvagem*, o século XIX assiste no Brasil ao surgimento do *mito do tupi*, o homem autenticamente brasileiro. Mitificou-se o índio do passado, exaltou-se sua língua, valorizou-se o que não era europeu na cultura brasileira, enaltecem-se as raízes nacionais mais profundas, a saber, as que eram estritamente da América. Enquanto isso, os muitos índios ainda existentes naquela época pelo Brasil afora eram socialmente menosprezados, discriminados e suas línguas eram ignoradas.

Assim, no século XIX, leigos passaram a se dedicar ao estudo de línguas indígenas, notadamente daquelas de maior importância histórica para o Brasil. Assistiu-se ao início do estudo formal e sistemático do tupi nos meios não religiosos, iniciativa levada a efeito por intelectuais, escritores e cientistas. Como fruto disso, temos o *Dicionário da Língua Tupi*, de Gonçalves Dias, publicado em 1858, e a *Gramática da Língua Brasileira*, de 1876, publicada por Pedro Luís Simpson. O tupi, que estava visivelmente presente no léxico do português do Brasil e na nossa toponímia, passa, com o Arcadismo e o Romantismo, também a influenciar profundamente a literatura brasileira.

Naquela época, contudo, ainda não havia clareza sobre as diferenças entre o tupi antigo e as línguas gerais dele provenientes e sobre as diferenças entre essas e o guarani. Com efeito, não se conhecia bem qual fosse o léxico do tupi antigo, uma vez que não se conhecia ainda um dicionário dessa língua, que nunca fora publicado

nos tempos coloniais. Muitos creram na existência do *tupi-guarani*, que é, na verdade, uma família linguística e não uma língua específica. Como evidência dessa imprecisão conceitual que existia no século XIX, podemos mencionar o título do primeiro romance indianista do Brasil, publicado em 1857, e chamado *O Guarani* por seu autor, José de Alencar.

O termo *tupi*, com efeito, designava todos os grupos indígenas que falavam a língua brasílica da costa no século XVI. Eram aqueles os tupiniquins, os tupinambás, os potiguaras, os caetés, os temiminós, os tupis de São Vicente etc. Tais nações de índios extinguíram-se, em sua grande parte, nos dois primeiros séculos do Brasil.

Ao se iniciar o século XX, em 1901, o engenheiro baiano Theodoro Sampaio publicou *O tupi na Geografia Nacional*, onde chamou a atenção para um fato ainda pouco percebido, a saber, que a maior parte dos topônimos de origem tupi foi produto da ação do civilizado, não tendo sido atribuídos pelos próprios índios, mas, principalmente, em decorrência da ação das missões e das bandeiras. Esses nomes estão em segundo lugar, depois dos de origem portuguesa, em número de ocorrências na toponímia brasileira. Os nomes geográficos com origem em outras línguas indígenas são pouco expressivos e acham-se restritos a certas áreas do território brasileiro, ao contrário dos nomes de origem tupi, que se encontram em quase todo o país.

Assim, o tupi antigo e as línguas gerais dele surgidas passaram a ser consideradas línguas de um Brasil que foi bilíngue no passado colonial, línguas que, ao lado do português, estiveram presentes na formação da civilização brasileira. Mas, ao mesmo tempo, muitos as consideraram línguas indígenas “civilizadas” pelos colonizadores.

Com o advento do Modernismo no nosso país, iniciado com a *Semana de Arte Moderna*, em 1922, os índios do passado tornaram-se novamente uma referência cultural basilar para a renovação estética e cultural que se pretendia. Formava-se um ambiente propício aos estudos das línguas indígenas brasileiras de importância histórica, principalmente do tupi antigo e do nheengatu. Isso também se explicava pelo surgimento de ideologias nacionalistas no mundo ocidental. No Brasil, a ascensão de Getúlio Vargas ao poder, em 1930, foi o início de uma fase histórica assinalada por grande nacionalismo político e econômico. A Era de Vargas foi, com efeito, uma época em que os topônimos de origem indígena foram abundantemente criados no país. Com efeito, o decreto-lei n. 5.901, de 21 de outubro de 1943, estabelecia normas para a “*eliminação no país, da repetição de topônimos de cidades e vilas*”. O artigo 7º, III, desse decreto-lei rezava o seguinte:

“Como novos topônimos, deverão ser evitadas designações de datas, vocábulos estrangeiros, nomes de pessoas vivas, expressões compostas de mais de duas palavras, sendo, no entanto, recomendável a adoção de nomes indígenas ou outros com propriedade local.” (grifos nossos)

Houve, assim, na primeira metade do século XX, intensa criação toponímica artificial em tupi, de nomes que não têm nenhuma relação com a presença de grupos

indígenas da família tupi-guarani ou com as bandeiras, mas que foram atribuídos por engenheiros, topógrafos, fazendeiros que acompanhavam a expansão das frentes pioneiras, construindo as estradas de ferro, fazendo loteamentos ou expandindo áreas de cultivo ou de pastagens. Essa intensa nomeação artificial também foi considerada por muitos como expressão de um mito que, surgido no século XIX, ainda continuava vivo no século XX, que punha em primeiro plano as referidas línguas indígenas “civilizadas” e relegava as línguas vivas de índios das florestas brasileiras a uma posição de inferioridade.

Ainda na Era de Vargas, em 1935, foi criada a cadeira de língua tupi na faculdade de Filosofia, Ciências e Letras da Universidade de São Paulo. Naquele ano, tupi e toponímia lá passaram a figurar no currículo do curso de Geografia. O primeiro regente de tais cadeiras foi Plínio Ayrosa, um engenheiro e pesquisador autônomo que ministrava palestras no Centro do Professorado Paulista havia já algum tempo e que, pela nomeada que alcançara em virtude disso, foi convidado pelo reitor da novel universidade para criar nela os aludidos cursos. Nos anos quarenta, novas iniciativas semelhantes àquela surgiram no Brasil. Criam-se cursos de tupi antigo na PUC do Rio de Janeiro (sob a regência do Pe. Antônio Lemos Barbosa), na Universidade da Bahia (com Frederico Edelweiss à frente da dita cadeira) e na Universidade do Paraná (com Mansur Guérios). Surgia, assim, formalmente, a *tupinologia*, um ramo da filologia brasileira voltada ao estudo do tupi antigo e das línguas gerais dele originadas no Brasil colonial.

Tal foi a voga que tiveram tais estudos que, durante o segundo governo de Getúlio Vargas, tramitou no Congresso Nacional um projeto de lei que tornava obrigatória a criação da cadeira de língua tupi em todas as faculdades de Letras do Brasil. Em 3 de setembro de 1954, poucos dias após o suicídio de Vargas, o presidente Café Filho, seu substituto, assinou a lei n. 2.311, publicada no Diário Oficial da União em 9 de setembro daquele mesmo ano, cujo texto rezava o seguinte:

Art. 1º É instituída em todas as Faculdades de Filosofia e Letras do País a cadeira de “Etnografia Brasileira e Língua Tupi”.

Art. 2º Enquanto o Poder Executivo não enviar mensagem ao Congresso Nacional, solicitando a criação dos respectivos cargos, os lugares de professor desta disciplina serão exercidos mediante contrato com especialistas e estudiosos da matéria e custeados pela verba própria dos estabelecimentos em cujo curso a cadeira for programada.

3º Uma vez criados os cargos, eles serão providos mediante concurso, a exemplo do que se verificou com o provimento da cadeira de Língua tupi na Faculdade de Filosofia e Letras da Universidade de São Paulo.

Art. 4º Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

JOÃO CAFÉ FILHO

Cândido Mota Filho

Tal lei tinha um sentido nacionalista evidente. Articulava-se, na verdade, com a

forte tendência estatizante que o segundo governo de Vargas apresentava, um dos últimos ecos dos pactos populistas que o capital internacional faria soçobrar em todo o Terceiro Mundo. No Brasil, isso ocorreu com a queda de João Goulart, em 1964, com a de Perón, na Argentina, em 1955, com a deposição de Ahmed Sukarno, na Indonésia, em 1967.

Coincidentemente, o Estruturalismo mergulhou raízes na universidade e na *intelligentsia* brasileiras nesse momento de desnacionalização econômica e alinhamento político do Brasil com os Estados Unidos, mais forte e mais evidente durante o regime militar, que somente findou em 1985, mas já perceptível imediatamente após o término da Segunda Guerra Mundial.

Assim, já em 1952, o filólogo Antenor Nascentes, embalado pelas novas ideias de matrizes norte-americanas e francesas, dizia em seu *Dicionário Etimológico da Língua Portuguesa*:

“Tupi não se faz no asfalto. Faz-se na selva, em contato com o índio, com o desconforto, com o mosquito, com as cobras e outros animais perigosos, numa verdadeira vida de missionário. Precisamos fazer tábuas de tudo o que se tem produzido em matéria de tupi e mandar aos Estados Unidos meia dúzia de rapazes, ou mesmo algum professor, que tenha gosto por esses estudos, para com os discípulos de Boas aprenderem os processos de estudarem línguas de selvagens, processos esses tão ligados à filologia quanto à antropologia.”

A crítica estruturalista à tupinologia aconteceria, assim, em várias frentes:

1) A questionar seu domínio na universidade brasileira e a quase ausência de estudos das línguas indígenas vivas.

2) A lançar dúvidas sobre a importância do *tupi* e das línguas gerais coloniais como matriciais na formação da língua portuguesa do Brasil.

3) A questionar o uso do designativo *tupi* para se referir à língua indígena clássica da costa do Brasil, propagando o designativo *tupinambá* em substituição àquele e pretendendo, talvez, com isso, esvaziar seu conteúdo histórico.

4) Desmerecendo um dos instrumentos mais importantes de conhecimento do tupi, que são as gramáticas dos missionários José de Anchieta e Luís Figueira, que foram consideradas latinizantes e de feitiço artificial por muitos linguistas. Segundo eles, aqueles jesuítas teriam amoldado a língua tupi à gramática latina.

5) Pondo em dúvida a correspondência entre o que os missionários escreveram e a língua efetivamente falada pelos índios tupis da costa. Segundo Lemos Barbosa (1956, p. 18), “*diz-se que os textos dos jesuítas são fictícios, que versam assuntos estranhos à cultura indígena (...), aceitam neologismos inventados pelos padres, não se sabe com que real penetração na língua*”. Cunhou-se para tanto, a expressão *tupi jesuítico* para designar o tupi antigo usado por aqueles missionários e sugeriu-se que as línguas gerais coloniais fossem uma criação dos missionários.

É patente a perspectiva anti-historicista de tais posições, influenciadas pelo Estruturalismo. Passemos à discussão das opiniões supracitadas.

1.1 A tupinologia e os estudos das outras línguas indígenas brasileiras

Ora, é bem verdade que o tupi antigo não era a única língua indígena do Brasil no início de nossa história. Ocorre, contudo, que essa foi uma das poucas línguas indígenas aprendidas pelos portugueses no período colonial. Tornou-se, assim, dada a antiguidade de seu estudo, de sua literatura e de seu emprego por europeus e colonos não indígenas e, dada sua abrangência pelo território colonizado nos dois primeiros séculos do Brasil, uma língua indígena clássica. Nessa categoria de língua clássica, o tupi situa-se ao lado do quíchua e do aimará, do Peru, da Bolívia e de outros países andinos, do guarani do Paraguai e do náuatle do México.

Todos os estudos de outras línguas indígenas do Brasil tornam-se significativos somente a partir do século XIX, muitos deles com as expedições de viajantes europeus que percorreram o interior do Brasil. Contudo, estudos universitários de tais línguas tiveram início somente no século XX. Segundo Mattoso Câmara (1965),

“...As nossas faculdades de Filosofia...criaram uma cadeira de tupi-Guarani dentro da velha ideia de que o tupi é o protótipo das línguas indígenas brasileiras. E a programação da Cadeira tende a desenvolver-se na base de uma filologia tupi dos textos jesuíticos e não na do exame in loco das línguas tupis ainda vivas...”

Nem é admissível a atitude implícita, e até explícita, de desprezo pelas verdadeiras línguas indígenas, que passam a ser tupi impuro, línguas travadas e deturpações do tupi clássico...”

Não falecem razões às palavras supracitadas de Mattoso Câmara: houve real desprezo pelo estudo das outras línguas indígenas brasileiras. Com efeito, as humanidades clássicas dominavam os ambientes cultos e gozavam de prestigiosa posição antes do advento do Estruturalismo. Ora, a tupinologia é estudo clássico, filológico e exercia fascínio sobre certo modelo de intelectual comum na primeira metade do século XX. Por outro lado, por terem as línguas indígenas vivas pouca presença no português e na toponímia, na literatura e na história do Brasil, seu estudo não era atraente. Tal questão é, no fundo, de natureza ideológica, de conflito de visões de mundo.

Mas as teses estruturalistas vingaram no mundo ocidental e as consequências disso não se fariam esperar muito: gradativamente os estudos tupinológicos foram-se retirando das faculdades de Filosofia, juntamente com os estudos de latim e grego, os pilares do humanismo clássico, que desapareceram, inclusive, das escolas secundárias na década de sessenta. Pela primeira vez na história do Ocidente, desde a Antiguidade, o latim deixaria de ser ensinado nas escolas para a juventude.

Assim, na década de setenta já não havia mais cadeiras de tupi na maior parte das universidades brasileiras. Somente se manteve a cadeira de tupi em São Paulo,

mas de envolta com estudos de toponímia. Desse modo, as críticas supracitadas de Mattoso Câmara não são mais válidas no Brasil do século XXI.

1.2 O tupi na formação da língua portuguesa do Brasil

Com relação à influência linguística do tupi antigo e das línguas gerais coloniais sobre o português do Brasil, Ernesto de Faria (apud Barbosa, 1956, p. 20) afirmou que,

“Quanto à pretensa influência linguística do tupi no português do Brasil, é também, pelo menos até hoje, lirismo linguístico, pois tal estudo ainda não foi feito objetivamente. Aliás, influência linguística pode afirmar-se não ter havido, por não se ter ela manifestado nos processos gramaticais, isto é, na fonética, fonologia e sintaxe. Algumas dessas inculcadas influências fonéticas, morfológicas e sintáticas têm sido, uma por uma, desmascaradas pelo estudo da dialetologia portuguesa, que aponta os mesmos fenômenos em regiões de Portugal, onde as suas populações não tiveram o menor contato com o indígena.”

Com efeito, a extensão e a intensidade da influência tupi na fonética, na sintaxe e na morfologia do português do Brasil e nos seus dialetos (como o dialeto caipira, por exemplo) não são bem conhecidos. No entanto, é inegável a participação do tupi antigo e das línguas gerais coloniais na formação do seu léxico. Contudo, nenhum estudo do gênero submeteu-se, ainda, a um tratamento estatístico de dados que nos permita saber a porcentagem das palavras de origem tupi que existem em nossa língua.

Aos dicionaristas e aos versados na linguística e na filologia portuguesas sempre faltou conhecimento da língua tupi para fazer pesquisas sobre tal assunto. Silveira Bueno escreveu um *Vocabulário Tupi-Guarani Português* que mais confunde que esclarece. Nele, termos do tupi antigo aparecem de envolta com os do nheengatu da Amazônia, conferindo-lhe caráter de mixórdia, sem fundamento nos textos antigos. O dicionário *Houaiss da Língua Portuguesa* frequentemente falha nas suas etimologias tupis, pois recorre muitas vezes a Antenor Nascentes e a Teodoro Sampaio, a quem faltou bom conhecimento daquela língua indígena. Muitas vezes, a origem tupi de uma palavra portuguesa não é assinalada naquele dicionário. Por exemplo, o termo *tiquinho* é, ali, apresentado como diminutivo de *tico* e sua etimologia é considerada obscura. Se tal dicionarista tivesse conhecido tupi, teria visto claramente a origem de *tiquinho* no termo tupi *tykyra*, *gota*, *pingo*. A mesma coisa ocorre com a etimologia de *picada*, do tupi antigo *peká*, *abrir* (sem cortar, como o que abre caminho por meio à multidão ou como o que abre a mata cerrada), apresentada erroneamente no dicionário de Houaiss.

Por outro lado, muitos regionalismos, plebeísmos e tabuísmos de origem tupi não são dicionarizados, o que dificulta mais ainda um estudo rigoroso da presença tupi no léxico do português do Brasil.

1.3 Tupi ou tupinambá? A controvérsia em torno do nome da língua

Qual teria sido o nome dado pelos índios à língua indígena falada em toda a costa brasileira no primeiro século de povoamento do país? Os textos antigos não o esclarecem. Só no século XIX o termo *tupi* passou a ser corrente para designá-la.

Ora, o termo *tupi* tinha, já no século XVI, dois sentidos, um genérico e outro específico. Como termo genérico, designava os índios da costa falantes da língua brasílica, apresentando o caráter de um denominador comum. Isso o prova o auto “*Na Aldeia de Guaraparim*”, de Anchieta, escrito entre 1589 e 1594, nos versos 183-189, onde um diabo, personagem do auto, diz:

-*Paranagoaçu raçapa,
ibitiribo guibebebo,
aço tupi moangaipapa
(...)*

(Outro personagem pergunta:)

-*Bae apiaba paipó?*

(O primeiro personagem responde:)

-*Tupinaquija que igoara*

-Atravessando o grande mar,
voando pela serra,
vou para fazer os tupis pecarem.

-Que índios são esses?

-Os tupiniquins, habitantes daqui.

Isto é, Anchieta está a reconhecer aí que *tupiniquim* é um termo compreendido no termo *tupi*, empregando este último como um genérico, como um termo de maior extensão, um hiperônimo. Ao fazer seu personagem perguntar que *índios são esses*, Anchieta deixa evidente que *tupi* designava mais de um grupo indígena. Simão de Vasconcelos corroborou tal ideia, dizendo que “...*de tupi (que dizem ser o donde procede a gente de todo o Brasil) umas nações tomaram o nome de tupinambás, outras de tupinaquis, outras de tupigoaés e outra tupiminós.*” [in *Crônicas*, (Not.) I, §149]

Como termo específico, *tupi* designava os índios de São Vicente. O próprio Anchieta o confirma, dizendo que “...*os Tupis de São Vicente, que são além dos Tamoios do Rio de Janeiro, nunca pronunciam a última consoante no verbo afirmativo*” (1595, fol.1).

Acontece a mesma coisa com o termo “*americano*”, que significa tanto “*o que nasce nos Estados Unidos da América*” quanto “*o que nasce em qualquer parte do continente americano*”. Com o termo *tupi* sucede exatamente a mesma coisa: era-o, em geral, o índio da costa falante da língua brasílica e, especificamente, o da capitania de São Vicente.

Diz-nos também Anchieta que “...*desde os petiguares do Paraíba até os tamoios do Rio de Janeiro pronunciam inteiros os verbos acabados em consoante, como apab, asem, apen, aiur.*” (Arte, fol. 1v). A variante dialetal dos potiguaras, dos caetés, dos

tupiniquins, dos tamoios e dos tupinambás era, assim, segundo Anchieta, usada num trecho muito maior da costa (desde o Nordeste até o Rio de Janeiro) que a variante tupi de São Vicente.

Aryon Rodrigues, que foi um dos mais famosos linguistas brasileiros, alheio ao conteúdo dos versos do auto *Na Aldeia de Guaraparim* que citamos anteriormente (nunca sequer os mencionou nem os discutiu em seus artigos), passou, a partir dos anos cinquenta do século XX, a propagar a ideia de que *tupi* e *tupinambá* eram línguas diferentes e que a língua que Anchieta descreveu foi o tupinambá. Isso porque ele só concebeu, contrariamente ao que mostram os textos antigos, que tupi era tão somente o habitante de São Vicente. Por vezes chamou a antiga língua da costa de *tupi* (em seus primeiros artigos), outras vezes disse que tupinambá designa o mesmo que *tupi* antigo e, finalmente, chegou a dizer que são línguas diferentes.

Além do que já dissemos, os seguintes fatos afastam a possibilidade de se empregar o termo *tupinambá* como um genérico, pelo menos como sinônimo de *língua brasílica*:

1) A variante dialetal tupinambá apresentava aspectos diferenciados pela costa brasileira: as gramáticas de Anchieta e Figueira mostram diferenças entre si, podendo-se dizer que Figueira descreveu uma variante dialetal da costa nordestina. Assim, o termo *tupinambá* não possui extensão suficiente para ser aplicado à língua brasílica como um todo. Edelweiss (1969), analisando vocabulários de três áreas geográficas diferentes em que estavam os tupinambás, a saber, a Guanabara, a Bahia e o Maranhão, mostrou que havia diferenças entre eles.

2) *Tupi*, como vimos, é um termo que entra na composição de outros, todos nomes de povos falantes da língua brasílica: *tupinambá*, *tupiniquim*, *tupiguaé* etc. Sendo assim, é termo mais antigo que *tupinambá* e, pelo que nos sugeriu Simão de Vasconcelos, mais extenso.

3) A poesia lírica e o teatro que Anchieta nos legou (ele que foi o maior escritor do século XVI no Brasil) está, em grande parte, na variante de São Vicente, que ele aprendeu primeiro, quando viveu em São Paulo de Piratininga, de 1554 a 1562. Por muitas vezes, Anchieta empregou as duas variantes dialetais num mesmo texto, como que considerando irrelevantes suas diferenças, impossibilitando dizer-se que havia uma língua *tupinambá* e outra língua *tupi*.

1.4 A questão da latinização das gramáticas tupis ou de seu suposto artificialismo

Alguns consideraram Anchieta um gramático latinizante, como qualquer outro de sua época. Mattoso Câmara (1965) atacou o estudo da língua tupi nas universidades brasileiras, afirmando a artificialidade dos textos dos antigos missionários. Segundo ele, (op. cit., p. 104), com as gramáticas dos missionários, “...a língua (*tupi*) se regulariza

pelo modelo da gramática latina, adulterando-se as categorias genuínas e o valor dos morfemas. Os verbos passaram a ter uma conjugação à latina". Se isso é verdade com relação à *Arte da Língua Brasílica*, de Luís Figueira, de 1621, é absolutamente incorreto com relação à *Arte de Gramática da Língua mais Usada na Costa do Brasil*, publicada em 1595 por Anchieta, que é uma das obras gramaticais mais originais de todo o século XVI. Só a comparação dessa obra com outras de sua época pode dar conta disso. Alguns aspectos são espetaculares e merecem menção:

-Anchieta nega que o tupi tenha o sistema de casos do latim. Todos os outros gramáticos de sua época enquadravam os substantivos das línguas que sistematizavam nos casos latinos.

-Na *Arte* de Anchieta não há referência às oito partes da oração latina, que os outros gramáticos de sua época acreditavam serem as mesmas em todas as línguas. Anchieta só trata de cinco dessas partes da oração.

-Em Anchieta há o tratamento simultâneo da morfologia com a sintaxe, coisa que só o século XX tornaria comum. Os outros gramáticos de sua época reservavam umas poucas páginas finais para tratar da sintaxe das línguas que descreviam, sempre separadamente.

-Pelo que se sabe, Anchieta foi o primeiro gramático a utilizar em português escrito um grande número de termos técnicos da moderna descrição linguística, como *numeral ordinal, posposição, indicativo, modo permissivo, frequentativo, negativo, interrogativo, instrumental, monossílabo, polissílabo etc.*

-Anchieta, diante de fatos linguísticos novos, criou, muitas vezes, termos apropriados e não aproveitou a terminologia tradicional. Ele privilegiou, por outro lado, os critérios morfossintáticos em vez dos semânticos na descrição da língua, o que seria comum somente entre os estruturalistas do século XX.

-Anchieta teve uma fina percepção da fonologia do tupi. Sua intuição fonológica e sua acuidade no que concerne ao tratamento das semivogais e das vogais nasais desmentem Mattoso Câmara (op. cit., p. 104), para quem houve nas *Artes* dos gramáticos do tupi antigo "*simplificação fonética muito grande*".

-Ninguém antes de Anchieta, certamente, tratou de acento enquanto *senal gráfico*, como hoje se entende. Para os outros gramáticos de sua época, acento era *quantidade*, como existe em latim. Por exemplo, na palavra rosa, no ablativo (leia-se *rósaa*, demorando-se no *a* final), o *a* final é chamado de *longo* e o *a* inicial é *breve*. Acento, assim, até o século XVI, era algo totalmente diferente do que entendemos hoje e Anchieta foi, talvez, o primeiro gramático que usou esse termo no sentido atual.

Assim, são inúmeros os elementos que apontamos que nos facultam afirmar que a gramática de Anchieta não é latinizante e que sua originalidade é, em muitos pontos, tão grande que, para o momento histórico em que foi escrita, ela representa um monumento linguístico dos mais admiráveis, uma obra *sui generis* que, em muitos aspectos, antecipa procedimentos da linguística moderna, que busca estudar a

estrutura das línguas em si e não em referência à estrutura de outras. Nele, a pretensa “regularização da língua pelo modelo da gramática latina” (in Câmara, op. cit.) está ausente quase sempre. Se o capítulo destinado ao verbo evidencia maior subordinação àquele modelo, não é menos verdade que ele está também repleto de originalidades.

1.5 A questão da artificialidade dos textos dos missionários e a da existência de um “tupi jesuítico”

Segundo Lemos Barbosa (1956, 18),

“Os antigos missionários pagaram tributo à mentalidade dominante na época. Considerando a cultura europeia e as línguas clássicas o tipo ideal de cultura e de linguagem humanas, não lograram compreender o interesse de registrar produções espontâneas de uma língua de índios. Deixaram inúmeras traduções de livros europeus, de composições ocidentais; não nos legaram uma só lenda ou narração autêntica no idioma nativo. Dessa natureza restam-nos apenas frases esparsas. Segue-se que todos aqueles textos não têm interesse para a etnologia, por isso que não traduzem o pensamento nem a cultura do índio.”

Somente no século XIX, com o advento da Antropologia como ciência, é que se começou a compreender o que fosse o relativismo cultural. Com o Estruturalismo de Lévi-Strauss surgiu o primeiro questionamento realmente sério acerca de concepções universalistas do homem. Rompe-se totalmente com o evolucionismo social e uma perspectiva anti-historicista invade as reflexões acerca das sociedades humanas.

Por outro lado, o que o Estruturalismo questiona nos textos dos missionários é a interpenetração de sistemas simbólicos, o que conduz, necessariamente, nesse caso, à desagregação de uma cosmologia tradicional e de uma religião primitiva, criando uma esfera simbólica híbrida. Se, com os missionários, a língua dos tupis da costa fixou-se em formas literárias, a forte articulação original do universo simbólico tupi começou a desfazer-se. Com efeito, o problema não é a transmissão do Cristianismo, que apresenta, seguramente, alguns princípios universalistas, presentes em outros sistemas ético-religiosos, mas, sim, que muitos conteúdos culturais, relativos no tempo e no espaço e nos quais o mundo judaico-cristão se plasmou, seriam apresentados como universais e absolutos, utilizando-se, para isso, um dos mais poderosos instrumentos de nossa cultura, que é o texto escrito. Nesse sentido, tal empreendimento é fator de empobrecimento: a diversidade cultural da humanidade é seriamente atingida, o “outro” é visto como o “mesmo”, o que conduz a uma entristecedora homogeneização de visões de mundo. Não é aleatório o fato de, historicamente, terem as missões cristãs obtido bom sucesso somente no continente americano: na Ásia, sociedades letradas como a chinesa e a indiana recusaram-nas e, na África, o crescimento do Islã tornou lentos seus passos. Já as sociedades indígenas da América foram frágeis diante dos instrumentos de dominação cultural trazidos pelos missionários, que, desde os tempos coloniais, têm insistido na ideia de que os índios são uma *tabula rasa*, sem

religião alguma, onde se devem imprimir os sinais da verdadeira fé.

É certo que muitos termos do tupi antigo sofreram deslocamentos semânticos para transmitir conteúdos distantes da primitiva cultura tribal, como são alguns conceitos do Cristianismo. Cria-se uma esfera simbólica que não é nem a dos missionários nem a do índio. Não é crível, contudo, que não esteja mais ali presente a língua dos tupis, nem que a língua escrita pelos missionários fosse um tupi “*jesuítico*”, como alguns apregoam falsamente.

Os missionários quinhentistas não dispunham, contudo, do repertório teórico-científico de que hoje dispõe a humanidade. Como admitirmos, mais de um século depois do surgimento da ciência antropológica, que as populações indígenas atuais ainda sejam tratadas como as do século XVI por missionários evangélicos totalmente despreparados para um autêntico diálogo intercultural? O próprio Concílio Vaticano II, na encíclica *Gaudium et Spes* (parte II, cap. II) atentou para tal perigo:

“Que fazer para que os intercâmbios culturais mais frequentes, que deveriam levar os diferentes grupos e nações a um diálogo verdadeiro e frutuoso, não perturbem a vida das comunidades, não destruam a sabedoria dos antepassados nem coloquem em perigo a índole própria de cada povo?”

Se tal problema ainda não foi solucionado nos nossos dias, que esperar de missionários jesuítas do século XVI, que não poderiam sequer saber o que fosse o relativismo cultural?

Mas, seja como for, como bem lembra Lemos Barbosa (op. cit., p. 19),

“...O objeto da Linguística não é o pensamento nem a cultura, mas a expressão simbólica e vocal do pensamento ou emoção. – Um catecismo em língua indígena não é mais artificial do que uma lenda indígena escrita em português. Nem do que uma tragédia de Sófocles representada em inglês.

O que é artificial na literatura missionária é o pensamento ou, quiçá, a cultura que se põe na língua do índio, não necessariamente a linguagem que se expressa aquele pensamento. As palavras, o material sonoro empregado, os conceitos gramaticais expressos, os processos que os exprimem, os prefixos, os sufixos, a ordem das palavras, enfim, tudo o que é material estritamente linguístico (e não apenas cultural) tudo ali é autêntico e legítimo – excetuado algum ou outro neologismo ou erro acidental – e não um artifício linguístico, como seria, p.ex., um discurso em esperanto ou uma poesia em volapuke.”

Com relação à ideia muito difundida de que as línguas gerais coloniais foram criação dos missionários, há aí um equívoco que precisa ser dirimido. Com efeito, ao reunirem índios de diversas etnias nos aldeamentos sob sua direção, os missionários criaram condições para que as línguas gerais se formassem. Essa foi sua verdadeira atuação no surgimento delas, um efeito não previsto e de consequências não deliberadas de sua ação.

CONCLUSÃO

Várias décadas depois da celeuma produzida pelas críticas de Antenor Nascentes e Mattoso Câmara à tupinologia, muitos fatos novos surgiram, modificando as opiniões dos que puseram aquele ramo da filologia ameríndia na defensiva.

Assim, se era verdade que os estudos tupinológicos eram dominantes nas faculdades de Filosofia até os anos sessenta, o inverso é hoje a verdade: nos dias que correm, é somente na Universidade de São Paulo que eles ainda se mantêm.

Outro fato a salientar é que grande parte dos índios que falam línguas indígenas no Brasil de hoje é constituída por evangélicos. Isso é consequência do trabalho de sociedades missionárias, intensamente empenhadas na sua conversão ao Cristianismo. A primeira delas foi a *British and Foreign Bible Society*, fundada em 1804, na Grã-Bretanha. Outra sociedade dessa natureza é a *SIL International*, antes conhecida como *Summer Institute of Linguistics*, fundada em 1934 nos Estados Unidos e com intensa atuação no Brasil. Assim, artificial ou não, a maior parte da literatura de que dispõem os índios brasileiros de hoje são textos bíblicos traduzidos para suas línguas e por linguistas estruturalistas. A quantidade de textos cristãos traduzida por estes em línguas ameríndias supera de longe a quantidade que os missionários católicos do passado produziram.

Apesar de ter existido, de fato, o *mito do tupi*, o que ele fez foi aumentar ainda mais a já considerável influência que o tupi antigo e as línguas gerais tiveram na formação da civilização brasileira. Com efeito, em todos os momentos em que se procurou afirmar a identidade nacional em oposição à cultura lusitana, recorreu-se sempre à velha língua indígena da costa do Brasil. Isso aconteceu após a independência do país, com o Romantismo, com o Modernismo e até mesmo como parte de alguns ideários políticos, como o Integralismo de Plínio Salgado. O *mito do tupi* explica o indianismo na literatura brasileira nos séculos XIX e XX e a toponímia artificial criada nestes dois últimos séculos. No entanto, é importante observar que existiu literatura criativa em tupi antigo e na língua geral amazônica muito antes de se ter mitificado o índio dos primeiros séculos do Brasil. Com relação à toponímia artificial, é preciso que se diga que ela afetou somente os nomes dos municípios e distritos do país. Não é comum que topônimos artificiais nomeiem componentes naturais da paisagem, como rios, córregos, morros etc. No Brasil, quase todos esses nomes são espontâneos e muitos deles de origem tupi.

Ainda que todas as críticas à tupinologia tivessem fundamento, ainda que mínima fosse a contribuição indígena para a formação da civilização brasileira, um fato é inegável: é somente no tupi antigo e nas línguas gerais dele surgidas que tal contribuição fica visível. Mitificado ou não, o tupi expressa a parte mais importante daquilo que é indígena na civilização que Portugal plantou nesta parte da América.

REFERÊNCIAS

- ALENCAR, J. de, *O Guarani*. Tipografia do Diário de Antônio Estêvão de B. Silva, Rio de Janeiro, 1857.
- ANCHIETA, J. de, *Arte de Grammatica da Lingoa mais usada na Costa do Brasil*. Edição fac-similar da Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro. Imprensa Nacional, Rio de Janeiro, 1933.
- Teatro de Anchieta* (Organização, tradução e notas de Eduardo de Almeida Navarro), Editora Martins Fontes, São Paulo, 1999. (cotejado com a edição documentária de Maria de Lourdes de Paula Martins)
- BARBOSA, A. L., *Curso de tupi antigo*. Livraria São José. Rio de Janeiro, 1956.
- BUENO, S., *Vocabulário Tupi-Guarani Português*. Brasilivros, São Paulo, 1984.
- CÂMARA JR., J. M., *Introdução às Línguas Indígenas Brasileiras*. Museu Nacional, Rio de Janeiro, 1965.
- COMPÊNDIO DO VATICANO II (*Constituições, decretos, declarações*). Coordenação de Frei Frederico Vier. Editora Vozes, Petrópolis, 1980.
- DIAS, A. GONÇALVES, *Diccionario da lingua Tupy, chamada Lingua Geral dos Indígenas do Brazil*. F. A. Brockhaus, Lipsia, 1858.
- EDELWEISS, F., *Estudos tupis e tupi-Guaranis. Confrontos e Revisões*. Livraria Brasileira Editora, Rio de Janeiro, 1969.
- FIGUEIRA, Luís, *Arte de Grammatica da Lingoa Brasilica*. Miguel Deslandes, Lisboa, 1687 (Ed. facsimilar de Julius Platzmann, sob o título *Gramática da língua do Brasil*). B. G. Teubner, Leipzig, 1878.
- HOUAISS, A., *Dicionário Houaiss da Língua Portuguesa* (versão eletrônica). Editora Objetiva, Rio de Janeiro, 2009.
- NASCENTES, Antenor, *Dicionário Etimológico da Língua Portuguesa*, vol. II (nomes próprios). Rio de Janeiro, 1952.
- RODRIGUES, Aryon Dall'Ígna, *Línguas Brasileiras - Para o conhecimento das línguas indígenas*. (Coleção Missão Aberta, 11). Edições Loyola, São Paulo, 1986.
- SAMPAIO, Theodoro, *O tupi na Geografia Nacional*. Companhia Editora Nacional, São Paulo, 1987.
- SIMPSON, P. L., *Grammatica da lingua brasileira (brasilica, tupy ou nheengatu)*. Impressores Fernandes, Neiva & C., Rio de Janeiro, 1876.
- VASCONCELLOS, Pe. Simão de, *Chronica da Companhia de Jesu do Estado do Brasil: [...] e alguãs noticias antecedentes curiosas & necessárias das cousas daquelle Estado*. Lisboa, 1663.

ÍNDICE REMISSIVO

A

Artes 1, 2, 3, 4, 5, 7, 8, 12, 15, 16, 26, 46, 93, 94, 95, 96, 99, 102, 104, 109, 110, 128, 136, 152, 159, 164, 179

B

Boi Bumbá 116, 117, 118, 119, 120, 121, 123, 124, 126, 127

Brasil 1, 2, 3, 4, 5, 7, 8, 9, 12, 13, 14, 15, 16, 28, 29, 32, 35, 36, 37, 38, 39, 40, 41, 42, 43, 44, 45, 46, 49, 50, 66, 89, 91, 92, 93, 95, 96, 97, 98, 99, 100, 101, 102, 103, 104, 115, 120, 140, 155, 164, 166, 169, 170, 171, 179, 191, 192

C

Conto 73, 74, 75, 76, 77, 78, 79

Cultura 5, 16, 21, 38, 41, 47, 48, 49, 64, 66, 67, 68, 70, 94, 95, 98, 101, 102, 115, 118, 119, 126, 147, 148, 149, 160, 161, 163, 165, 166, 167, 169, 170, 171, 177, 192

D

Dança 93, 99, 100, 120, 121, 122, 123, 124, 126, 139, 142, 147, 148, 149, 156

Discurso 5, 7, 8, 27, 28, 29, 30, 31, 32, 33, 34, 35, 36, 48, 67, 74, 83, 95, 152, 154, 159, 160, 166

E

Ensino da arte 91, 92, 94, 98, 99, 102

Escrita de si 80, 81, 82, 83, 84, 86, 90

Estágio 17, 19, 103

F

Filme 66, 67, 76, 161, 163, 164, 166, 167, 168, 169, 170, 171

G

Gramática 1, 2, 3, 6, 7, 8, 12, 13, 14, 15, 16, 27, 28, 29, 30, 31, 32, 33, 34, 35, 38, 41, 46, 47, 50, 52, 53, 57

H

Historiografia 1, 2, 3, 15, 16, 152, 159

I

Iconicidade 128, 133, 134, 135, 136

Igualdade 161, 163, 167, 170

Indicialidade 128, 133, 134, 136

Indígena 37, 38, 39, 41, 42, 43, 44, 48, 49, 120, 122, 124, 125, 126

Interpretação 30, 33, 34, 51, 52, 56, 57, 62, 154, 158, 159, 180, 181, 182, 183, 185, 186, 190

L

Letramento 17, 19, 20, 21, 22, 23, 25, 26, 90

Letras 1, 2, 4, 5, 6, 7, 8, 9, 14, 26, 36, 40, 64, 80, 90, 103, 119, 120, 150, 161, 172, 191, 192

Língua estrangeira 51, 52, 53

Língua portuguesa 17, 18, 19, 20, 22, 26, 27, 28, 29, 31, 33, 34, 35, 36, 41, 43, 50, 64, 66, 67, 71, 140, 141, 147, 149, 183, 184, 191, 192

Linguística 1, 2, 3, 4, 5, 6, 7, 9, 14, 15, 16, 21, 23, 24, 26, 27, 29, 30, 34, 39, 43, 46, 48, 64, 118, 127, 130, 135, 138, 153, 192

Literatura 8, 16, 35, 38, 42, 48, 49, 52, 75, 83, 88, 90, 95, 162, 163, 164, 171, 192

M

Memórias 82, 84, 104, 140, 142, 151, 153, 159

Meta-História 151, 159, 160

Movimento 5, 67, 78, 85, 91, 93, 139, 140, 141, 142, 143, 144, 145, 146, 147, 149, 150, 153, 162, 163, 164

Música 19, 20, 21, 51, 52, 55, 56, 61, 67, 93, 97, 99, 100, 116, 119, 120, 122, 124, 128, 129, 131, 133, 134, 135, 137, 144, 146

N

Negro 161, 162, 163, 164, 165, 166, 167, 168, 170, 171

P

Processo de aprendizagem 51, 52, 53, 54, 55, 56, 59, 60, 62, 174, 177, 178

Psicopedagogia 173, 174, 175, 176, 178, 179

R

Resolução de problemas 180, 181, 182, 190, 191

T

Texto 2, 3, 5, 7, 9, 27, 29, 31, 32, 34, 40, 45, 47, 57, 64, 65, 66, 67, 68, 69, 70, 71, 73, 74, 75, 83, 130, 138, 151, 153, 154, 159, 184, 185, 186, 188, 190

Toadas 116, 117, 118, 119, 120, 122, 124, 126, 127

Tupi 8, 13, 14, 37, 38, 39, 40, 41, 42, 43, 44, 45, 46, 47, 48, 49, 50, 124, 125, 126
Tupinologia 37, 40, 41, 42, 49

 **Atena**
Editora

2 0 2 0